ARTIGOS

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO PRÁTICAS EDUCACIONAIS

ADRIANA AMANDA DOS SANTOS BISPO

RESUMO:

O permanente desafio, enfrentado mundialmente, para a universalização do letramento do acesso pleno as habilidades e práticas de leitura e de escrita está intimamente relacionado com outro desafio: o de avaliar e medir o avanço em direção a essa meta. Dados tornam se assim, necessários, tanto para evidenciar se os objetivos estão sendo alcançados como para estabelecer políticas ou controlar programas de alfabetização e letramento. Por essa razão, desde escolas até instituições e organizações nacionais e internacionais estão continuamente buscando dados e produzindo índices e estatísticas sobre níveis de domínio de habilidades de leitura e de escrita e de uso de práticas sociais que envolvem a escrita, por meio de avaliações e medições. Concluindo que é possível atingir a qualidade da educação nas classes de alfabetização, com práticas educacionais que utilizem diferentes metodologias, que proporcionem tanto o desenvolvimento da alfabetização quanto o desenvolvimento do letramento de cada sujeito, no qual ele possa contribuir para a transformação social. Para explicar o fracasso que ocorre logo no início da escolarização, em que um grande contingente dos alunos não é alfabetizado, estão sendo evocadas causas de natureza social, econômica, cultural e educacional.

Palavras-chave: Pedagógicas; Alfabetização; Letramento.

ABSTRACT

The permanent challenge, faced worldwide, for the universalization of literacy and full access to reading and writing skills and practices is closely related to another challenge: that of evaluating and measuring progress towards this goal. Data are therefore necessary both to show whether the objectives are being achieved and to establish policies or control literacy programs. For this reason, from schools to national and international institutions and organizations are continuously searching for data and producing indexes and statistics on levels of mastery of reading and writing skills and the use of social practices that involve writing, through assessments and measurements. Concluding that it is possible to achieve the quality of education in literacy classes, with educational practices that use different methodologies, which provide both the development of literacy and the development of literacy of each subject, in which he can contribute to social transformation. To explain the failure that occurs at the beginning of schooling, in which a large contingent of students are not literate, social, economic, cultural and educational causes are being evoked.

Keywords: Pedagogical; Literacy; Literacy.

INTRODUÇÃO

Letramento e a palavra recém-chegada ao vocabulário da educação e das ciências linguísticas: e na segunda metade dos anos 80, há cerca de apenas dez anos, portanto, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas.

A escrita, tal como a conhecemos hoje, desenvolveu se por necessidade econômica e administrativa e, desde o princípio, foi uma forma de poder político e religioso. A escrita desenvolveu se de variadas formas, num processo gradual de ressignificação da realidade, e esse fato demandou um processo que levou a escrita a relacionar-se de forma mais próxima com o oral.

A palavra letramento ainda não está dicionarizada porque foi introduzida muitos recentemente na língua portuguesa, tanto que quase podemos datar com precisão sua entrada na nossa língua, identificar quando e onde essa palavra foi usada pela primeira vez. Depois da referência de Mary Kato, em 1986, a palavra letramento aparece em 1988, no livro que, pode se dizer, definição de letramento e busca distinguir letramento de alfabetização.

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não e a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna se diferente. Há a hipótese que torna se letrado e também torna se cognitivamente diferente: a pessoa passa a ter uma forma de pensar diferente da forma de pensar de uma pessoa analfabeta ou iletrada.

Torna se letrado traz, também, consequências linguísticas: alguns estudos tem mostrado que o letrado fala de forma diferente do iletrado e do analfabeto, por exem-

plo: pesquisas que caracterizam a língua oral de adultos antes de serem alfabetizados e a comparam com a língua oral que usavam depois de alfabetizados concluíram que, após aprender a ler e a escrever, esses adultos passaram a falar de forma diferente, evidenciando que o convívio com a língua escrita teve como consequências mudanças no uso da língua oral, nas estruturas linguísticas e no vocabulário.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE CONCILIAM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O que explica o surgimento recente dessa palavra? Novas palavras são criadas (ou a velhas palavras da se um novo sentido) quando emergem novos fatos, novas ideias, novas maneiras de compreender os fenômenos. Que novo fato, ou nova ideia, ou nova maneira de compreender a presença da escrita no mundo social trouxe a necessidade desta nova palavra, letramento. O termo Alfabetização, segundo Soares (2007), etimologicamente, significa: levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e a escrever. Assim, a especificidade da Alfabetização é a aquisição do código alfabético e ortográfico, através do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita.

Na história do Brasil, a alfabetização ganha força, principalmente, após a Proclamação da República, com a institucionalização da escola e com o intuito de tornar as novas gerações aptas à nova ordem política e social. A escolarização, mais especificamente a alfabetização, se tornou instrumento de aquisição de conhecimento, de progresso e modernização do país. (MORTATTI, 2006)

Com o passar do tempo muito se desenvolveu no campo da alfabetização, surgiram conceitos, teorias, metodologias etc. Porém, mesmo com toda evolução, o Brasil e outros países não desenvolvidos, ainda enfrentam um problema de muita relevância: a qualidade da educação básica, especialmente, a dos anos iniciais do ensino fundamental. São evidências dessa baixa qualidade os índices de fracasso, reprovação e evasão escolar, que nunca deixaram de se perpetuar nestas sociedades.

Este problema tão concreto, historicamente, já foi muito abordado. Artigos acadêmicos tentaram indicar possíveis causas desta baixa qualidade, colocando a "culpa", às vezes, no método utilizado, no aluno que apresenta muitas dificuldades, na má formação do professor, nas condições sociais desfavoráveis ou, ainda, em outras causas diversas. Enfim, foram muitas as tentativas de superação, embora, nenhuma apresentasse grande êxito. (Mortatti, 2006)

Com certeza, esses estudos foram de muita valia, pois todos os fatores citados caracterizam a qualidade da educação, logo, a escola não somente influência a sociedade, mas também é por ela influenciada, ou seja, este conjunto de possíveis causas que estão dentro e no entorno da escola, realmente, afetam o ensino-aprendizagem há algumas décadas, a principal causa que apontava para a baixa qualidade da alfabetização era o ensino fundamentado na Pedagogia Tradicional.

Atualmente, entre outros fatores que envolvem um bom ensinoaprendizagem, as principais causas estão ligadas à perda da especificidade da alfabetização, devido à compreensão equivocada de novas perspectivas teóricas e suas metodologias, que foram surgindo em contraposição ao tradicional, e a grande abrangência que se tem dado ao termo alfabetização. Magda Soares, em seu artigo Letramento e Alfabetização: as muitas facetas (2003), a expansão do significado de alfabetização em direção ao conceito de letramento, levou à perda de sua especificidade.

[...] no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, [...] o que tem conduzido a certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinfeção da alfabetização [...]. (SOARES, 2003, p.8).

Essa fusão dos dois processos, que leva à chamada "desinfeção da alfabetização", aliada à interpretação equivocada das novas perspectivas teóricas acarretou na prática a negação de qualquer atividade que visasse à aquisição do sistema alfabético e ortográfico, como o ensino das relações entre letras e sons, o desenvolvimento da consciência fonológica e o reconhecimento das partes menores das palavras, como as sílabas, pois eram vistos como tradicionais.

Passou-se a acreditar que o aluno aprenderia o sistema simplesmente pelo contato com a cultura letrada, como se ele pudesse aprender sozinho o código, sem ensino explícito e sistemático. Atualmente, se reconhece a importância de se usar algumas práticas da escola tradicional, que são entendidas como as facetas da alfabetização segundo Soares, assim como os equívocos de compreensão do construtivismo foram percebidos e ajustados e muitos aspectos da escola nova tidos como essenciais. Com tudo isso, não se pode negar uma prática ou outra, só por ela estar fundamentada em uma ou em outra concepção, mas, sim, avaliar quais são as suas contribuições e se convêm serem utilizadas para um processo de alfabetização significativa.

Dermeval Saviani, em seu livro Escola e Democracia (2008), apresenta que aspectos

da escola tradicional são importantes para a educação. Com a teoria da curvatura da vara, ele mostra que para a educação ter mais qualidade, a "vara" deve permanecer reta, e não curvada para a teoria nova, nem para a teoria tradicional, mas sim, alinhada. E ainda argumenta que uma pedagogia comprometida com a qualidade educacional e voltada para a transformação social, deve incorporar aspectos positivos e relevantes da pedagogia tradicional e da pedagogia nova, de modo que o ponto de partida seja a prática social sincrética e o de chegada uma prática social transformada.

Assim, se faz necessário resgatar a significação verdadeira da alfabetização e delinear corretamente o conceito de letramento, de forma que eles não se fundam e nem se confundam, apesar de, como já foi dito, necessitarem acontecer de maneira inter-relacionada. Com uma prática educativa que faça uma aliança entre alfabetização e letramento, sem perder a especificidade de cada um dos processos, sempre fazendo relação entre conteúdo e prática e que, fundamentalmente, tenha por objetivo a melhor formação do aluno.

De acordo com Soares, 2003, a palavra letramento é de uso ainda recente e significa o processo de relação das pessoas com a cultura escrita. Assim, não é correto dizer que uma pessoa é iletrada, pois todas as pessoas estão em contato com o mundo escrito. Mas, se reconhece que existem diferentes níveis de letramento, que podem variar conforme a realidade cultural.

Este termo ganha espaço a partir da constatação de uma problemática na educação, pois através de pesquisas, avaliações e análises realizadas, chegou- se à conclusão de que nem sempre o ato de ler e escrever garante que o indivíduo compreenda o que lê e o que escreve.

O termo letramento surgiu no mundo moderno complementando o conceito de alfabetização, uma vez que este se tornou insatisfatório. Isto porque nossa sociedade é centrada no uso da escrita e exigem de seus indivíduos diversas formas de exercer as práticas sociais de leitura e escrita. Assim, a noção de letramento foi sendo incorporada como uma forma de explicar e acompanhar o desenvolvimento social, econômico e cultural do país e do mundo. Para indicar o desenvolvimento socioeconômico, muitos países têm como foco as taxas de analfabetismo.

Segundo Ferraro (2002), no Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, essas taxas eram observadas a partir de avaliações censitárias, as quais tomavam como indicadores de alfabetização, a assinatura do próprio nome. Somente no censo de 1950, por influência da UNESCO que o conceito de alfabetizado passou a representar a capacidade de "ler e escrever um simples bilhete em qualquer idioma, não sendo assim consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome." (FERRARO, 2002, p. 31).

Como se observa, a definição de analfabetismo, ou as formas de se considerar um indivíduo analfabeto, vem sofrendo alterações com o passar dos anos, baseadas nas transformações ocorridas no mundo. Esse processo de mudanças tecnológicas fez surgir novas e diferentes formas de leitura e escrita, suscitando o debate segundo o qual somente a capacidade de decifrar letras, isto é, estar alfabetizado, não seria suficiente para participar efetivamente da vida na sociedade moderna. No Brasil, este fenômeno foi discutido por diferentes autores que perceberam e vivenciavam a necessidade da ampliação do conceito de alfabetização e buscaram por um termo que pudesse explicar o processo que envolvesse, além do acesso ao sistema linguístico, às demandas por práticas sociais de leitura e escrita.

Nos anos 80, Ferreiro (1996), em seus estudos sobre a psicogênese da língua escrita, contrapondo-se a uma educação restritiva como a dos métodos, ressalta a necessidade de ultrapassar o sentido restrito de alfabetização como mera aquisição do código. De acordo com a referida autora, precisaríamos de um termo para definir:

> [...] algo que envolve mais que aprender a produzir marcas [...] algo que é mais que decifrar marcas feitas pelos outros, porque é também interpretar mensagens [...]; algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo – a língua escrita – que se apresenta em uma multiplicidade de usos sociais (FERREIRO op. cit., p.79).

A preocupação com a ampliação do conceito de alfabetização pôde também ser observada em texto publicado por Soares em 19859, no qual se verifica a diferenciação de dois processos: um refere-se à aquisição da língua e o outro ao desenvolvimento da língua.

No que se refere à aquisição da língua escrita, "seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler)". Em contrapartida, o desenvolvimento da língua requer a "compreensão/expressão de significados". Para a autora, no entanto, o processo de alfabetização seria a combinação destes dois conceitos (SOARES, 2008, p.15).

Paulo Freire também compreendia a alfabetização numa concepção mais ampla. Em seu livro "A importância do ato de ler" (1988), o autor discute as questões relativas à leitura e define-a como um processo que vai além da significação das letras. Nas palavras do autor "a leitura de mundo precede a leitura da palavra". Em consonância com os estudos atuais do letramento, o referido autor defende uma educação que seja capaz de transformar o homem e de conscientizá-lo.

Isso implica em uma educação como prática de libertação, um projeto político capaz de desenvolver a consciência crítica dos alunos, levando-os a analisar os problemas de forma a superá-los.

Soares (2008) propõe o uso do termo "alfabetismo" para definir mais precisamente as características do indivíduo que não somente sabe ler e escrever, mas que usa socialmente esta função. A autora ressalta que a palavra "analfabetismo" como estado ou condição de analfabeto não possui um correspondente contrário. Assim, o termo "alfabetismo" é utilizado para qualificar

"estado e ou condição que assume aquele indivíduo que aprende a ler e escrever" (SOARES, op. cit., p.29). Nesse sentido, o termo é utilizado para caracterizar uma ressignificação do conceito de alfabetização, aproximando ao entendimento do que, atualmente, compreendemos por letramento.

No Brasil, o termo surge atrelado ao conceito de alfabetização, isso devido à "necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas, que as práticas do ler e escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita" (SOARES, 2004, p.6).

A palavra letramento vem do inglês literacy, que quer dizer estado ou condição daquele que é literate - que possui a habilidade de ler e escrever. Letrado é, então, aquele que além de saber ler e escrever faz uso competente da leitura e da escrita. Letramento é utilizado para designar o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita.

O termo foi incorporado ao discurso da pedagogia e da linguística no Brasil a partir da metade dos anos 80. Conforme constata Kleiman (1995), foi utilizado pela primeira vez por Kato (1986) em seu livro "No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística". Após essa ocorrência observa-se seu emprego por diversos autores (cf. Tfouni 1988; Kleiman 1995; Rojo 1998; Soares 1998 e outros). Estas obras contribuíram para as reflexões e discussões acerca da alfabetização na perspectiva do letramento, buscando caracterizar e viabilizar a compreensão destes dois conceitos por parte dos educadores e pesquisadores de um modo geral. Mas foi somente em 2001, que a palavra foi inserida ao dicionário Houaiss, aproximando sua definição aos estudos atuais do letramento.

Não há como viver num mundo grafo cêntrico como o nosso e aprender com textos desprovidos de sentido e distantes da realidade. Por isso, as atividades que tratam do domínio do sistema alfabético precisam acontecer paralelamente àquelas que visam o letramento. O importante é que, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que o aluno vai se apropriando do sistema, vá também se tornando usuário do texto.

Para exemplificar essa situação no país, destaca-se Salla, 2011, que traz o resultado da prova de leitura do PISA de 2009, no qual metade dos avaliados obteve no máximo nota de proficiência. Deve-se cuidar para não privilegiar um ou outro processo (alfabetização/letramento) e entender que eles são processos diferentes, mas, indissociáveis e simultâneos. Assim, como descreve Soares (2003, p.11):

Entretanto, o que lamentavelmente parece estar ocorrendo atualmente é que a percepção que se começa a ter, de que, se as crianças estão sendo, de certa forma, letradas na escola, não estão sendo alfabetizadas, parece estar conduzindo à solução de um retorno à alfabetização como processo autônomo, independente do letramento e anterior a ele. SOARES (2003, p.11).

Analisando dialeticamente a evolução humana, fica explícito que o homem antes mesmo de aprender à escrita, apreende o mundo a sua volta e faz a leitura crítica desse imenso mundo material. Por isso, é incorreto dizer que uma pessoa é iletrada, mesmo que ela ainda não seja alfabetizada, pois ela desde o princípio da vida reflete sobre as coisas. O letramento está intimamente ligado às práticas sociais, exigindo do indivíduo, uma visão do contexto social em que vive. Isso faz da alfabetização uma prática centrada mais na individualidade de cada um e do letramento uma prática mais ampla e social. Assim, "o letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros, desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento e discernimento, intervindo no mundo e combatendo situações de opressão". (Freire, 1996).

Nesse sentido, destacamos o papel do professor dentro desse processo. Este profissional deve acreditar e promover a construção de pensamento crítico em si próprio e em seus alunos. Partindo das reflexões de Brandão (2004), sobre a metodologia freiriana de se alfabetizar, é possível compreender a importância da indissociabilidade e simultaneidade destes dois processos. Em seu método de alfabetização, ele propõe que se parta daquilo que é concreto e real para o sujeito, tornando a aprendizagem significativa, mas utilizando também os mecanismos de alfabetização.

Ele ainda coloca em sua obra Pedagogia da Autonomia (1996), que o sujeito quanto mais amplia sua visão de mundo, mais se liberta da opressão, ou seja, o sujeito letrado que já possui seus conhecimentos prévios, com um determinado ponto de vista, quando alfabetizado, pode modificar seus pensamentos, ampliando-os de forma que passa a refletir criticamente sobre a prática social. Freire acreditava ser fundamental que as pessoas compreendam o seu lugar no mundo e sua função social nele. O professor, portan-

to, tem um papel muito importante a realizar, para que esse pensamento crítico se desenvolva em seus alunos. Para Freire (1996, p.14): "[...] percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.".

É fundamental que o educador esclarecido de uma realidade de opressão, não torne o processo de ensino bancário e improdutivo, mas uma educação que desvende o mundo material e liberte as pessoas da opressão, como defende Freire (1970).

Para isso, as práticas de alfabetização e letramento são necessárias, cada uma com suas especificidades, como explicita Tfouni (1995). "Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-histórico da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade." (TFOUNI, 1995 apud MORAES, 2005, p.4).

Logo, o letramento vai além do ler e escrever, ele tem sua função social, enquanto a alfabetização encarrega-se em preparar o indivíduo para a leitura e um desenvolvimento maior do letramento do sujeito. Nessa perspectiva, alfabetização e letramento se completam e enriquecem o desenvolvimento do aluno.

Alfabetizar letrando é uma prática necessária nos dias atuais, para que se possa atingir a educação de qualidade e produzir um ensino, em que os educandos não sejam apenas uma caixa de depósito de conhecimentos, mas que venham a serem seres pensantes e transformadores da sociedade.

Práticas Pedagógicas que conciliam alfabetização e letramento Um ponto primordial ao se tratar de prática pedagógica é reconhecer que os alunos já possuem conhecimentos prévios, assim, é importante que os professores façam um diagnóstico do conhecimento de seus alunos, para saberem de onde devem partir e planejar suas atividades. Partindo da prática social, o conteúdo terá sentido para os alunos, que irão construindo conhecimentos gradativamente e desenvolvendo uma atitude transformadora da sociedade, pois ele perceberá que conhecimento científico faz parte da sua vida e pode contribuir para melhorá-la.

As atividades devem promover tanto a alfabetização como o letramento, de maneira, que o ensino do código alfabético seja conciliado com o seu uso social em diferentes ocasiões. Enfim, o professor alfabetizador deve também utilizar, criar estratégias de ensino de acordo com as características de seus alunos, sem esquecer que a educação é um ato político e deve romper com as situações de opressão que muitas vezes as pessoas sofrem e nem a percebem.

É considerado alfabetizado aquele que aprendeu o sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, ou seja, adquiriu a natureza linguística deste objeto, sendo, portanto, capaz de ler e escrever. Já o letrado é "não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita." (SOARES, op. cit, p.40).

Entretanto sabe-se que o fenômeno do letramento é complexo, pois abrange uma gama de conhecimentos, capacidades, valores, usos e funções sociais, sendo desta forma, difícil defini-lo e, sobretudo, avaliá-lo.

Subjacente a estas proposições, estão as duas principais dimensões que se referem ao letramento: a dimensão individual e a dimensão social. Na dimensão individual o letramento é visto como um atributo do indivíduo, um conjunto de habilidades as quais ele lança mão para ler e escrever. Desta forma, é "simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever" (WAGNER APUD SOARES, 2006, p.66).

A dimensão social compreende o letramento não somente como um atributo pessoal, mas como uma prática social que está relacionada ao contexto histórico e social dos indivíduos. Pode-se dizer que é aquilo que as pessoas fazem ou como utilizam a leitura e a escrita no ambiente em que vivem, no seu dia a dia. Ainda para Soares (2006), na dimensão social do letramento, encontramos interpretações conflitantes sobre as quais ele pode ser compreendido. Existe, assim, a versão fraca ou liberal e a versão forte ou revolucionária.

A versão fraca compreende as habilidades e conhecimentos que os indivíduos adquirem como necessárias para funcionarem adequadamente em determinado contexto social. Assim como é apresentado pelo modelo autônomo

(Street apud Kleiman, 1995, p. 21), em que o letramento está associado "quase que casualmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social."

Na versão forte, no entanto, as habilidades de leitura e escrita não são vistas como neutras, mas como um conjunto de práticas socialmente desenvolvidas que levam o indivíduo a reforçar ou questionar valores, tradições, padrões de poder presentes na sociedade. Esta também é a visão do modelo ideológico (Street apud Kleiman, 1995), que não pressupõe uma relação causal do progresso e letramento, mas "[...] um meio de tornar-se consciente da realidade e transformá-la." (SOARES, 2008, p.36).

Compreende-se, diante desta discussão, que letramento é um fenômeno que envolve saberes que estão presentes nos contextos sociais de leitura e escrita. O fato do

indivíduo não saber ler e escrever, não significa que ele não utilize práticas subjacentes à leitura e à escrita. Segundo Soares (2008), um adulto analfabeto ao ditar uma carta ou ao pedir que alguém leia uma carta para ele, conhece as funções, as convenções e as estruturas textuais próprias da leitura e da escrita. Este indivíduo não é alfabetizado, mas possui um nível de letramento capaz de atender a sua demanda, no seu contexto social.

Disso decorre a noção de que não temos um letramento, mas sim, letramentos, no plural ou, níveis de letramento. Da mesma forma, a criança mesmo antes de entrar na escola já teve algum contato com a leitura e com a escrita, participa de práticas de letramento. O que irá diferenciar no seu grau de letramento é o contexto social em que vive, já que o nível social, econômico e cultural da população está diretamente relacionado com o letramento.

O que se depreende desta constatação, é a importância da escola, como principal agência de letramento e como fator decisivo na promoção do letramento. De acordo com Soares (2008): Para entrar no mundo letrado é preciso que haja, primeiramente, escolarização real e efetiva da população e, em segundo lugar, deveria haver disponibilidade de material de leitura, ou seja, ter acesso a livros, revistas, jornais, livrarias e bibliotecas.

Portanto, no mundo atual, não basta dar aos indivíduos acesso ao sistema linguístico, de modo que eles possam decifrar as palavras, é preciso ir além: letrar, e isto são feitos em consonância com propostas pedagógicas que levem em conta os diferentes textos que circulam na sociedade, com procedimentos metodológicos definidos e adequados. Como propõe o modelo ideológico, a versão forte do letramento e a concepção libertadora de Paulo Freire, "conduzir o trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento, mais do que uma decisão individual é uma opção política [...]" (Maciel e Lúcio, 2008, p.31).

O letramento, para Kleimam (2007), tem como o objetivo a reflexão de ensino e da aprendizagem considerando os aspectos sociais da língua escrita. Assumir o letramento, segundo a autora, no espaço escolar é adotar o processo de alfabetização no processo social da escrita, em detrimento a uma concepção tradicional que considere a aprendizagem de leitura e produção textual, a um percurso de habilidades de aprendizagens individuais.

Atividades que envolvem letramento, não se diferenciam das demais atividades de vida social, ou seja, são sempre atividades coletivas, cooperativas, envolvendo vários participantes e diferentes saberes. Ainda segundo a autora, letramento não é alfabetização, e sim um trabalho onde se estabelece as relações entre os fonemas, grafemas, um processo de estruturas linguísticas, é prazer, lazer, ler em lugares diferenciados, não só na escola, mas em exercícios de aprendizagem.

Letramento é obter informações através de leituras de diferentes gêneros textuais, buscando da informação, buscar a leitura para seguir certas instruções, usar a escrita para se orientar no mundo, descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita. Por fim, letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Embora o debate sobre o letramento esteja avançando, ainda há autores que defendem que esta preocupação com o letramento é de certo modo exagerada.

Assim Demo (2007, p. 29), rebate este posicionamento reforçando o conceito de alfabetização de Paulo Freire e afirma que este movimento de continuidade e processo que os defensores do letramento fazem, também ocorre na alfabetização:

Desde que se entenda a alfabetização como processo de ler o mundo, o que exige domínio do código, mas na condição de simples instrumento formal. O que importa é a habilidade de dar conta da realidade circundante pela via da interpretação e intervenção questionadoras, reconstrutivas.

Hoje no Brasil se busca muito nas escolas reduzir os índices de reprovações do que os do analfabetismo e isso mascara a realidade. A sociedade precisa dar mais atenção à formação de cidadãos que saibam ler e escrever de tal maneira que possam apropriar-se destas práticas sociais no seu cotidiano.

É neste sentido que letramento se torna importante no processo de aprendizagem, não apenas na leitura e da escrita, mas também nas áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar. É importante ressaltar que a entrada da criança com seis anos no ensino fundamental implica numa busca mais avançada na aprendizagem, onde professores junto da escola necessitam percorrer barreiras, caminhos positivos a serem alcançados na área da alfabetização, principalmente o fato de que a alfabetização do aluno deverá acontecer nos três primeiros anos do ensino fundamental.

"A avaliação, constituída como um momento necessário de construção de conhecimentos assumirá forma processual, gradual, cumulativa e diagnóstica, sendo redimensionada a da ação pedagógica" (BRASIL, 2008).

No entanto, conversando com professores e observando o processo de alfabetização em algumas escolas, observa-se um trabalho ainda bastante fragmentado e descontinuado, um descontentamento quanto ao processo de implantação, principalmente pelo fato de vir "de cima para baixo, sem a participação dos professores nos debates".

Gestores denunciam a falta de infraestrutura. O fato é que neste ano de 2014, a maioria das escolas já concluíram um ciclo de formação e poucos falam dos impactos sobre a aprendizagem das crianças, pois, como escreve Schneider e Durli, 2009, p. 200):

[...] obviamente, a obrigatoriedade legal não assegura que todas as crianças em idade escolar tenham acesso à educação e possam concluir o ciclo obrigatório. De igual forma, o aumento da escolarização obrigatória não se traduz, necessariamente, em melhoria de qualidade do ensino.

Por outro lado, a UNESCO: OREALC (2001) defende a ampliação da escolaridade obrigatória, pode sim melhorar o nível de aprendizagem. O EF9 teve além de outros interesses, a melhoria da aprendizagem das crianças por várias razões, a realidade escolar ainda está muito distante daquilo que está proposto, entre as causas que poderíamos apontar foi a forma de sua implantação, principalmente pela falta de sensibilização e mobilização dos professores. Atualmente o Governo vem fazendo grandes investimentos na formação continuada dos professores, entre estes destacamos o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o qual poderá contribuir para que todas as crianças brasileiras não só antecipem seu ingresso ao ensino fundamental, mas que este tempo realmente traga resultados mais positivos.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Observa-se diante deste processo de formação que:

Aos oito anos de idade, as crianças necessitam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. (PNAIC, MEC.PACTO. MEC. GOV.BR).

Segundo as ações do Pacto, este oferece além da formação continuada aos profissionais da área da alfabetização, recursos didáticos através de materiais que possam dar auxílio no processo de ensino e aprendizagem, buscando a avaliação sistemática dos mesmos através das atividades e construção dos alunos. Entretanto, esta proposta de ensino-aprendizagem vinda do Pacto, busca caminhos onde os profissionais na área da educação possam se inserir mais em um ensino de qualidade, proporcionando aos educandos um aprendizado de grandes conquistas e caminhos a serem seguidas.

CONCLUSÃO

A contribuição de Freire é considerada um exemplo no contexto da alfabetização. Visto que ele foi um grande pensador e até hoje influência a educação. Ele, com sua filosofia existencialista, com traços da fenomenologia e do marxismo, nos mostra que é possível fazer uma conexão do mundo da escrita com o mundo real, levando ao desenvolvimento através da relação entre o próprio eu e o mundo. De maneira, que a alfabetização e a educação em geral, promovam a desmistificação da realidade, que nos livre das vendas e opressões, tornando os sujeitos cada vez mais críticos e transformadores da sociedade, numa sociedade melhor e mais justa para todas as pessoas.

Por fim, acredita-se que é possível, sim, atingir a qualidade na educação das classes de alfabetização, com práticas educacionais que utilizem diferentes metodologias, que proporcionem tanto o desenvolvimento da alfabetização quanto o desenvolvimento do letramento de cada sujeito, através do qual ele possa ser autor de sua vida e de transformações.

Reconhecendo que a educação brasileira passa por uma problemática, a falta de qualidade da alfabetização, necessita-se que surjam novos olhares e práticas transformadoras. Logo, a educação das séries iniciais, que coincide com o período de início da alfabetização, é o alicerce de toda estrutura da educação que se desenvolverá depois, necessita de uma atenção especial.

Os professores alfabetizadores precisam estar habilitados, serem competentes, criativos e cientes de sua responsabilidade de formação dos sujeitos como intelectuais e cidadãos comprometidos com a transformação social. É essencial, também, que haja discussões sobre o tema alfabetização e letramento nos cursos de formação de docentes e nos cursos ou reuniões de formação continuada, de modo que gerem reflexões sobre o tema e a prática docente, buscando soluções para problemas específicos da alfabetização e procurando desenvolver os profissionais e as instituições de ensino para que a educação tenha cada vez mais qualidade.

À medida que se conhece seu mundo, é possível ampliá-lo, oferecendo novas propostas, maneiras e diferentes tipos textuais. Para que o processo de letramento ocorra, é preciso, portanto, levar em consideração a cultura em que a criança está inserida, adequando-a aos conteúdos a serem trabalhados, às produções de diferentes gêneros textuais e à sua utilização social, tendo como estratégia uma linguagem interativa, criativa

e descobridora, abandonando os métodos repetitivos e descontextualizados. Ao utilizar as práticas sociais para aquisição da leitura e da escrita, a criança vivencia o conhecimento, interpretando diferentes contextos que circulam socialmente, aprendendo, dessa forma, a relacioná-los com diferentes situações.

O educador como mediador, que parte da observação da realidade para, em seguida, propor respostas diante dela, estará contribuindo para a formação de pessoas críticas e participativas na sociedade e para uma prática significativa, em que o professor planeja suas aulas com coerência, visando à construção de conhecimentos com os alunos. Nessa perspectiva, a aquisição do código escrito passa a ser compreendida como atividade de expressão, comunicação e registro de experiências, conectando a escrita ao mundo real da criança, sem separar algo que está social e culturalmente interligado.

O ensino da leitura e da escrita deve ser entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo, afirmando, dessa forma, sua liberdade e fugindo da alienação. Observa-se a alfabetização como o domínio dos usos e funções sociais da leitura e da escrita para aproximar o aprendiz da cultura escrita. Nessa concepção, os educadores precisam planejar a melhor forma para tratar a notação alfabética e a apropriação da linguagem dos gêneros textuais com as crianças. Os gêneros são excelentes ferramentas de ensino, apresentando-se como um meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, mais particularmente no ensino da produção de textos orais e escritos.

Diante de uma proposta que visa uma educação de qualidade para a Educação Infantil, que deixa de lado uma prática assistencialista para dedicar igual atenção ao cuidar e ao educar no jardim essa pesquisa mostrou como é importante considerar o conhecimento prévio da criança quando ela entra na escola, porque se sabe que ela não é uma tabula rasa, ao contrário ela é proveniente de uma cultura escrita e traz muito conhecimento de sua vivência. Para tanto, a escola precisa ter uma sala de aula que contemple um ambiente rico em materiais de letramento.

REFEÊRENCIAS

ANA. C. Letramento e minorias. 3 ed. Porto alegre: mediação, 2009

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. São Paulo: Loyola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail /VOLOCHINOV. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRANDÃO, C.R. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: www.mec.gov.br.

_____. Lei n. 10.172, 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: www.mec.gov.br.

_____. Lei n. 11.114, 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2005. Disponível em: www.mec.gov.br/cne

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. (Fascículo 1)

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____ Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988. 87

MAGDA. S. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte Autentica 2001.